



APRENDIZAGEM E USO SOCIAL DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

OLIVEIRA, Francine Ribeiro¹.
AZEVEDO, Antulio José de²

RESUMO: Na sociedade contemporânea a prática da leitura e da escrita é essencial para a qualidade de vida das pessoas. O presente artigo reflete sobre os métodos de alfabetização utilizados no decorrer do tempo e até os dias atuais com a finalidade de ensinar as crianças e os adultos a aprenderem a ler e a escrever. Faz também uma retrospectiva histórica da gênese e da evolução de tais métodos, destacando os sintéticos e os analíticos, bem como, suas diferentes variações. Aborda ainda a alfabetização por meio do construtivismo e a concepção de letramento, que significa o uso social da leitura e da escrita. O estudo se baseou em uma pesquisa bibliográfica tendo por referência os autores selecionados que tratam deste tema.

Palavras chave: Alfabetização. Construtivismo. Educação. Letramento.

ABSTRACT: In contemporary society the practice of reading and writing is essential for people's quality of life. This article has repercussions on literacy methods used over time and to the present day to teach children and adults how to read and write. It also makes a historical retrospective of the genesis and evolution of such methods, highlighting the synthetic and the analytical, as well as their different variations. It also addresses literacy through constructivism and the conception of literacy, which means the social use of reading and writing. The study was based on a bibliographical research with reference to the selected authors that deal with this theme.

Keywords: Literacy. Constructivism. Education. Literature.

1. INTRODUÇÃO

Convive-se na sociedade contemporânea com uma multiplicidade e diferentes formas de linguagens, por meio das quais os indivíduos se comunicam, interagindo com seus pares, inserindo-se nas organizações sociais, no mundo do trabalho, apropriando-se conscientemente dos recursos naturais e tecnológicos, do conhecimento científicos e da

¹ Discente do curso de Pedagogia, da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil, e-mail: fran-oliveira071@hotmail.com

² Docente do curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil, e-mail: antuliojose@uol.com.br

cultura, criando condições para usufruírem de um modo de vida com qualidade e que resulte no bem-estar pessoal e coletivo.

A Base Nacional Comum Curricular, ao referir-se sobre a área de linguagens, que deve constar do currículo escolar e ser trabalhada em sala de aula, destaca que:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. (BRASIL/CNE/MEC, 2017, p. 61).

Contudo, a linguagem verbal na modalidade oral e escrita é, historicamente e na atualidade, a forma de comunicação mais efetiva no convívio das pessoas e nas práticas sociais. O domínio da linguagem oral não exige maiores esforços para que o indivíduo dela se aproprie. Sabe-se que a criança, em condições normais, aprende a falar primeiro para depois aprender a ler e a escrever.

Nos primeiros meses de vida a criança já emite sons orais de forma instintiva na tentativa de comunicar-se com as pessoas que a rodeiam, as quais passam a interpretá-los, originando-se assim um processo de comunicação. Então a linguagem oral resulta da emissão de sons orais que vão ganhando significado à medida que se estabelece uma negociação entre as pessoas que desejam comunicar-se, neste caso a criança pequena e o adulto. (BRASIL/MEC/SEF, 1997)

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil observamos que:

Ao falar com os bebês, os adultos, principalmente, tendem a utilizar uma linguagem simples, breve e repetitiva, que facilita o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Outras vezes, quando falam com os bebês ou perto deles, adultos e crianças os expõem à linguagem oral em toda sua complexidade, como quando, por exemplo, na situação de troca de fraldas, o adulto fala: “Você está molhado? Eu vou te limpar, trocar a fralda e você vai ficar sequinho e gostoso!”. (BRASIL/MEC/SEF, 1997, p. 125).

No convívio diário com as pessoas, o bebê vai gradativamente apropriando-se dos componentes do processo da linguagem oral, consolidando assim os mecanismos de

comunicação nesta forma de linguagem. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, “[...]as crianças têm ritmos próprios e a conquista de suas capacidades linguísticas se dá em tempos diferenciados, sendo que a condição de falar com fluência, de produzir frases completas e inteiras provém da participação em atos de linguagem”. (BRASIL/MEC/SEF, 1997, p. 126)

Portanto, a aprendizagem da linguagem oral representa um processo que se desenvolve a partir do amadurecimento mental da criança e de sua prática no convívio com os adultos e as demais crianças que a cercam, de forma natural e evolutiva.

Por sua vez, a aprendizagem da leitura e da escrita representa um processo bem complexo, que envolve a assimilação de símbolos que caracterizam partes das palavras, a junção destas para expressá-la, e a associação destes símbolos com os sons que as palavras faladas têm, exigindo do aprendiz grande esforço mental e de concentração.

No decorrer do tempo, visando tornar menos penoso o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, os estudiosos deste campo de conhecimento, foram, ao longo da história, criando de forma evolutiva métodos de alfabetização, culminando na atualidade pela adoção de uma prática que ficou conhecida por construtivismo, a qual adequa a utilização dos métodos de alfabetização.

Contudo, apesar do emprego do construtivismo para aprendizagem da leitura e da escrita, tais métodos não foram totalmente entendidos, sendo comum a utilização dos mesmos em salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental.

Esta constatação nos leva, no presente artigo, a realizar uma revisão bibliográfica sobre as concepções e a prática de tais métodos, bem como, do conceito e do emprego do construtivismo no processo de alfabetização. Também será abordado nesse texto o conceito e a prática do letramento, que representa a utilização social pelo indivíduo a leitura e da escrita, ao contrário de apenas memorizar-se mecanicamente os códigos que representam as palavras, grafá-las e redigir frases sem nenhum significado.

Contudo, antes de abordarmos propriamente no estudo dos métodos de alfabetização, é interessante que se faça uma pequena reflexão sobre o conceito de alfabetização.

A palavra alfabetismo, que significa sistema de escrita pelo alfabeto³, e que dá origem ao termo alfabetização, designa a capacidade da pessoa de utilizar a leitura e a escrita para fins práticos, em situações cotidianas, domésticas ou de trabalho, contrapondo-se a uma concepção tradicional e acadêmica, que se referia a uma prática de leitura voltada para fins estéticos e eruditos. De maneira geral, alfabetização significa a apropriação e o domínio pelo indivíduo dos códigos formais de leitura e escrita, o alfabeto, e das habilidades para ler e escrever as palavras e a fala das pessoas.

Sobre esta questão, Soares (2005, p. 11) declara que a “alfabetização é o processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica”.

Soares ressalta ainda que:

a consciência fonêmica (relações fonema-grafema), a fluência na leitura oral e silenciosa, o vocabulário e sua compreensão, constituem-se nos elementos essenciais do processo de alfabetização, sendo esta formada por um conjunto de habilidades, atitudes e hábitos que tornam este processo um fenômeno complexo (SOARES, 2005, p. 16).

Então, a apropriação do processo de leitura e de escrita por meio do domínio dos símbolos e da utilização consciente do mesmo com significado social pelos aprendizes representa um grande desafio cognitivo e uma tarefa bastante complexa.

2. CONCEPÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

A história da alfabetização em nosso país, confunde-se com a chegada dos portugueses ao Brasil, mas na realidade a linha do tempo da história da alfabetização tem início na chegada dos padres jesuítas que passaram a catequisar os povos indígenas que aqui residiam, a metodologia implantado pelos jesuítas por volta de 1549, deve duração aproximada de 210 de anos, utilizando como base metodológica, *o ratio studiorum*, que é uma mescla entre o ensino voltado para as crenças da igreja católica e os costumes sócias relacionados à época, e

³ Sistema de escrita em que um conjunto de símbolos, as letras, representa os fonemas de uma língua. (FERREIRA, 1999)

também as para as práticas voltadas a alfabetização. Esse período durou até quando o Marques de Pombal expulsou os catequizadores por volta do ano de 1760 e organizou a escola de modo que a coroa portuguesa fosse beneficiada. Nesse período, e com a chegada da família real portuguesa, foram abertas várias instituições como escolas de direito e medicina, a biblioteca real entre outras coisas.

Em 1889 Marechal Teodoro da Fonseca, institui o regime de republica em nosso país, e dois anos após a proclamação da república é promulgada a primeira Constituição Federal, na qual tem como prioridade do ensino leigo nas escolas públicas, contrapondo o ensino religioso que era disseminado naquela época. Até a chegada do século XX, foi sendo utilizada essa base, mas cada estado tinha uma maneira de elaborar mudanças de acordo com suas necessidades locais ou regionais. No período de 1930 Getúlio Vargas assume o poder provisoriamente e prioriza o ensino, voltado a mão de obra especializada, deixando em segundo plano o ensino erudito que era voltado a literaturas clássicas. Após quatro anos, em 1943, Vargas é eleito pelo congresso e a presidência e sanciona algumas leis no campo da educação, tais como previstas em constituição que a educação é um direito de todos. Em 1937, entra em vigor a Constituição redigida por Francisco Campos, e entra em cena o Estado Novo, que realiza algumas mudanças na educação.

Retomando a época do Brasil Império, a educação veio sendo campo de vários debates e respectivas mudanças, baseando-se cada vez mais dos temas que era tido como modernos, e a escola passa a ser uma instituição geradora de conhecimento e formadora. De acordo com Mortatti (2006), os ideais Republicanos de ler e escrever, tornou-se um privilegio pois nessa perspectiva, quem detêm o conhecimento consequentemente terá uma melhor condição social. Pois até então, saber ler e a escrever era atributo de poucos, no caso das elites e a transmissão desse conhecimento era realizada de forma eventual, na qual as aulas régias eram tidas como obrigatórias. Basicamente nesse período teve início ao preceito da escola leigo e obrigatório. A partir deste momento, no qual a educação passa por um processo de escolarização, as crianças passam por um processo em que a partir daí são vistas pela sociedade como estado de cidadão “o público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um

mundo novo que instaura, enfim, novos modos e conteúdo de pensar, sentir, querer e agir”. (MORTATTI, 2006, p. 3).

Mesmo com o passar dos anos, ainda não se achou o principal vilão relacionado ao fracasso na alfabetização, e as causas alternam, tais como a metodologia utilizada para alfabetizar, outrora a culpa recai sobre o aluno, também sobre o professor, entre diversos outros fatores como as condições sociais ou até mesmo o sistema de ensino.

Com o passar dos anos vem sendo levantado vários questionamentos a respeito das metodologias utilizadas para alfabetizar. A maioria dos métodos vem sendo tachados de tradicionais e vem sendo questionado sobre a efetividade desses métodos, principalmente ao serem comparados com a psicogênese da língua escrita e toda a questão que engloba o letramento de forma homogênea e integrada ao processo de alfabetização.

Apesar de diversos fatores serem extremamente relevantes ao se tratar do assunto alfabetização, é importante fazer algumas ressalvas a alguns recursos utilizados no Brasil, um dos mais crucificados é o uso da cartilha em sala de aula. Durante muito tempo os professores se utilizaram dessa ferramenta como recurso didático em suas aulas. Com o que se relaciona a alfabetização, as cartilhas partiam sempre das partes, ou seja, iniciava-se nas letras, passando pelas sílabas, depois pela formação de palavras até chegar ao todo, que é conseguir produzir e ler pequenos textos. Para isso se utilizava a soletração, e a silabação, quanto ao ensino da escrita, era comum os professores solicitarem cópias, fazerem ditado de palavras ou frases, tendo uma atenção para a ortografia e também a caligrafia. A cartilha não era contextualizada com a realidade das crianças, além de que trazia exemplos muito aleatórios (MORTATTI, 2006).

Segundo Mortatti (2006), as primeiras cartilhas que surgiram no Brasil no século XIX eram baseadas no método sintético em especial o de soletração e o de silabação. Essas cartilhas mantiveram-se ativas por todo território brasileiro por várias décadas.

Com a institucionalização do método analítico, por volta de 1890 passa a ser um método obrigatório nas escolas públicas paulistas. Entretanto os professores da época se queixavam da demora em aparecer resultados utilizando essa metodologia. Os preceitos do método analítico eram partir do todo, e ir identificando as partes que o compunha. Na chegada ao século XX, as cartilhas começaram a acompanhar a mesma prescrição do método analítico.

Por volta de 1920, há uma preocupação em conciliar o jeito de se ensinar leitura e escrita, passando assim a serem utilizados métodos mistos, que na concepção dos professores da época tinha mais eficácia.

Com a chegada da década de 1980, começou a se questionar com frequência, por conta dos problemas sociais e também com as urgências públicas o uso das metodologias citadas acima, e surge o enfoque do fracasso escolar no âmbito da alfabetização. A partir de então, passou a ser introduzido no Brasil, o pensamento sobre a psicogênese da língua escrita e do construtivismo, refazendo uma análise sobre os métodos utilizados para ensinar a leitura e a escrita, e no centro desse processo, que são os alunos. A princípio houve um debate entre os defensores do método construtivista e entre os defensores das metodologias tradicionais, que acabou com a introdução das propostas construtivistas. Hoje em dia vemos o construtivismo como grande viés e base no modo de se encarar a alfabetização, isso a nível nacional, pois podemos verificar essas propostas de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S). Ainda nessa perspectiva é abordada a desmetodização da alfabetização, que se baseia na maneira de como se aprende e quem aprende (MORTATTI, 2006).

2.1. MÉTODOS SINTÉTICOS

Os métodos sintéticos são muito utilizados em sala de aula, mesmo nos dias atuais. Sua premissa parte basicamente da construção das palavras, partindo das letras, depois as sílabas, até por fim chegar na palavra em si.

Esses métodos são voltados para a sonoridades das letras, sílabas e palavras, ou seja, consiste em uma metodologia fonográfica, pois se fala e se repete várias vezes as letras, sílabas e palavras em questão.

Esse método tem como prioridade o ensino da leitura através da decodificação dos signos, e para chegar ao objetivo de tal ação, um conjunto de métodos como o método alfabético, o método fônico e o método silábico são utilizados.

O **método alfabético**, consiste em que as crianças decore e reconheça todas as letras do alfabeto de maneira sequencial, e depois de forma isolada. Na sequência é introduzida as combinações silábicas, na qual a criança memoriza as combinações estabelecidas (exemplo: B

com A é igual a BA). Apesar de não haver um sentido lógico estabelecido pela criança, entre a grafia da letra B e da letra A, as crianças memorizam que essas duas letras juntas forma a sílaba BA. (FRADE, 2007)

Método alfabético ou de soletração é considerado o método mais antigo, empregado desde a Grécia continuou sendo utilizado até o século XIX, período em que a escolarização passou a ser desenvolvida no Brasil. Tem como unidade principal a letra, sua sequência partia de uma ordem crescente de dificuldades, iniciando pela decoreção oral das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior em pequenas sequências e numa sequência de todo o alfabeto e, finalmente, de letras isoladas. Em seguida a decoreção de todos os casos possíveis de combinações silábicas, que eram memorizadas sem que se estabelecesse a relação entre o que era reconhecido graficamente e o que as letras representavam, ou seja, a fala. (FRADE, 2007, p. 22).

O **método fônico** “passou a ser adotado no lugar do alfabético no lugar do alfabético na tentativa de superar a grande dificuldade existente naquele por causa da diferença entre nome e som da letra” (RIZZO 1986, p. 07). Esse método é inicializado com ensinando primeiramente ao aluno as vogais (tanto suas grafias, quanto seus sons), e em seguida as consoantes do mesmo modo que é ensinada as vogais. Como é um sistema que utiliza os sons, parte sempre dos sons mais fáceis para os mais complexos, transformando-os em sílabas e conseqüentemente em palavras. Essa metodologia tem grande ligação com os sons produzidos tanto pelas letras, quanto pelas sílabas e através desse contexto o aluno passa a se alfabetizar. (FRADE, 2007)

O **método silábico** consiste em partir do conjunto de sílabas (exemplo: BA, BE, BI, BO, BU) para construir palavras, mas ao mesmo tempo esse processo está envolvido com a fala, pois neste caso a criança necessita decorar as junções entre as vogais e consoantes.

No desenvolvimento do método, geralmente é escolhida uma ordem de apresentação, feita segundo princípios calçados na ideia “do mais fácil para o mais difícil”, ou seja, das sílabas “simples para as “complexas”. (FRADE 2007 p.24).

Embora este o método silábico ainda está muito presente no cotidiano das salas de aula no processo de alfabetização, muitos professores veem este método como ultrapassado, pois ele ainda requer memorização dos sons e das letras, alguns professores até mesmo

acham este tipo de metodologia artificial, devido a sua maneira que se inicia por partes, até chegar ao todo.

No geral, temos a percepção que o conjunto de métodos sintéticos, é desenvolvido por etapas, partindo inicialmente das letras de forma individual, percorrendo por seus sons, passando pela tentativa de facilitar a escrita e a leitura através da união entre os sons e as letras, e por fim entre a junção das vogais e consoante que formam as sílabas e conseqüentemente devem ser decoradas e associadas com suas letras correspondes na hora da grafia, criando assim uma alfabetização voltada a repetição e a memorização, onde muitas vezes (apesar da utilização de recursos para que haja uma ligação entre essas metodologias e o cotidiano da criança como livros, jogos e algumas brincadeiras voltas a esse tipo de alfabetização) considera-se esses tipos de métodos ultrapassados, optando-se por novos métodos de alfabetização dentro do ambiente escolar. (FRADE, 2007)

2.3. MÉTODOS ANALÍTICOS

Os métodos analíticos, é voltado para o conceito partindo do todo, ou seja ele tem início a partir da análise de frases, palavras e assim por diante. Esse método valoriza a construção e a compreensão, partindo do todo, e desconstruindo até que se chegue as palavras, sílabas, e por fim na letra, diferentemente dos métodos sintéticos, que se iniciam primeiramente pelas letras, depois as sílabas e por fim as palavras.

Estes métodos tomam como unidade de análise a palavra, a frase e o texto e supõem que baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do método (global de textos, sentencição ou palavração) vão do texto a frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba. (FRADE, 2007, p.32).

O método palavração é uma metodologia na qual é apresentada ao aluno um conjunto de palavras tais quais os alunos inicialmente faram o reconhecimento e reconhecimento das mesmas através do reconhecimento gráfico de como estas palavras estão escritas. Esse método tem como seu precursor Comênio, por volta da metade do século XVII, a é

completamente voltada para o estímulo visual da criança, pois a mesma deve se atentar na maneira da escrita, para poder memorizar o que está escrito.

Para isso é necessária uma certa organização na hora da apresentação das palavras, pois dessa forma, desenvolve na criança a habilidade de leitura. É necessário nesse tipo de método, uma dedicação em alguns aspectos relevantes como a letras, sílabas e os sons, visto que a união deste trio tem grande relevância no processo.

Segundo Frade (2007) são utilizados cartões de fixação, para que os alunos possam memorizar, contendo de um lado a gravura e do outro a palavra, além de exercícios que simulam o movimento da escrita.

Outro método é a sentencição, como seu próprio nome sugere, parte da sentença ou seja, parte de uma frase e a partir de então, ela é desfragmentada em palavras, sílabas e assim por diante, para que assim a criança possa aprender a escrever novas palavras partindo desse pretexto fazendo com que o processo de aprendizagem da leitura se dê de forma natural para o aluno, entretanto há alguns estudiosos que criticam essa metodologia, tendo em vista que para eles, o método está mais voltado a memorização, do que na própria análise do processo e desenvolvimento (FRADE, 2007).

O método global tem como unidade de análise o texto, que por sua vez é desconstruído em sentenças, palavras e sílabas, ou seja, é basicamente o que é pressuposto pelo método da sentencição, só que com um olhar amplificado, pois parte de um todo que já está previamente montado, em que os alunos devem separar as partes para poder compreender o que é um texto, uma frase, as sílabas e as letras (FRADE, 2007).

Tanto os métodos fônicos, que tem seu olhar mais voltado as práticas de memorização, sonoridade, partindo sempre de uma parte até chegar ao todo, passando e construindo várias etapas, buscando proporcionar um desenvolvimento linear que passar por diversas etapas, quanto aos métodos fônicos, que buscam desfragmentar o conteúdo previamente já pronto, fazendo assim o caminho inverso aos métodos fônicos, ou seja parte de um conjunto até chegar em sua unidade de origem.

Essas duas metodologias ainda se mostram muito ativas dentro da sala de aula, apesar da maioria dos professores aplicarem em sua maneira de alfabetizar, os preceitos do construtivismo.

2.3. O CONSTRUTIVISMO E A DESMETODIZAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Por volta da década de 1920, estudos de Jean Piaget (1896-1980) (biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço) buscava compreender o processo de desenvolvimento humano na construção de conhecimento, nascia a partir daí a Epistemologia Genética. Seus estudos gerou um grande impacto no que se diz respeito ao processo de alfabetização, e mais tarde ganharia mais força com o surgimento do construtivismo e também com as teorias de sua discípula Emília Ferreiro e Ana Teberosky e a psicogênese da língua escrita.

A teoria construtivista prioriza um processo de alfabetização contextualizado, que o professor adequa suas práticas pedagógicas, principalmente de leitura e escrita em sua sala de aula, e inclusive levar ao aluno que os “erros” cometidos por ele, fazem parte da construção do processo e leva-lo a refletir, buscando agregar conhecimentos. A partir do fracasso escolar produzido nas escolas brasileiras, juntamente com a crítica sobre as cartilhas, o construtivismo passa a ser a salvação na alfabetização. Sobretudo a princípio houve uma contrapartida dos defensores dos adeptos aos métodos tradicionais.

O construtivismo, é uma teoria que trouxe aos educadores uma nova maneira de pensar no processo de alfabetização e suas práticas, trazendo a psicogênese da língua escrita, que é voltada ao olhar do aluno e como se dá seu desenvolvimento na sua escrita, valorizando o processo de construção que a criança realiza. Com a introdução da teoria construtivista, as cartilhas e apostilas começam a ser questionadas e até mesmo sofrer grandes críticas da comunidade pedagógica.

Numa ótica claramente construtivista, a teoria propõe que, no percurso evolutivo já tão conhecido de muito educadores (etapas pré-silábicas, silábica, silábica-alfabética e alfabética), a criança formula respostas (“hipóteses”) diferentes para aquelas duas questões conceituais básicas que revisamos no final da seção 2 deste capítulo. Isto é, ela constrói respostas próprias, não ensinadas pelo adulto, para questões “o que a escrita representa/nota?” e “como a escrita cria representações/notações?”. Tentaremos, agora, recuperar aqueles aspectos que nos parecem mais importantes, para compreendermos cada “fase, “etapa”, “período” ou “nível” de hipótese de escrita”. (MORAIS, 2012 p.53).

Segundo Seber (2009), a metodologia tradicional é voltada para atividades em que se desenvolva habilidades perceptivas e motoras, ao mesmo tempo em que se estimula o treino da cópia, além de trabalhar com o viés da memorização e repetição, voltando-se para o campo da sonoridade, cuja as quais tem que ser convertidas em letras e transcritas. Esse método tem uma estruturação muito particular, entendendo-se como um processo articulado que se divide em partes. Diante do pensamento construtivista, esse processo é tido como reducionista, pois é uma sistematização sequenciada de repetições que gera o resultado final; já no ponto de vista do construtivismo é valorizado a descoberta da linguagem escrita pela criança, pois dessa forma se cria significados e sentido para ela.

A desmetodização do processo de aprendizagem, tem por preceito fazer com que os professores pensem voltados ao aluno, se adequando ao universo dele, proporcionando á ele descobertas e construindo conceitos e novos conhecimentos, despertando a criatividade e a vontade em aprender. Muitas vezes o uso de cartilhas, apostilas e livros didáticos fazem o professor de refém, limitando a imaginação tanto do aluno, quanto a do próprio professor, e o construtivismo vem para iluminar esse processo, pois essa teoria não tem amarras somente em livros e cartilhas, mas sim em criar conexões entre o aluno e o saber.

Hoje em dia o construtivismo é bastante praticado e disseminado por ente o meio pedagógico, principalmente nas salas de aula, com essa nova geração de professores que já saem da faculdade com uma base voltada a ação da pratica docente voltada não a receitas prontas, como viemos vivenciando, com métodos prontos e que não desperta interesse no aluno, mas sim de uma prática que vem sido refletida e pensada nos processos de desenvolvimento do aluno, fazendo com que este tenha prazer em realiza-la.

2.5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização e o letramento fazem parte do processo de descoberta do código da língua escrita que utilizamos, e é de suma importante que o letramento caminhe de mãos dadas a alfabetização, pois dessa forma a criança cria uma conexão entre o seu cotidiano e a necessidade da leitura e escrita. Quando há essa ponte entre a vivencia do aluno, mais a integração da escrita, o motiva a querer aprender.

O termo letramento é recente, e começou a ser utilizado no Brasil na década de 1990, por alguns estudiosos no campo da educação, principalmente por Magda Soares. O letramento é a exposição da criança ao universo letrado, pois a mesma faz parte da sociedade, onde sai as ruas, vai a lojas, supermercados, lanchonetes e dessa forma se integra com o ambiente repleto de informações e escritas, letras, palavras e assim por diante. Letramento, portanto, é o uso das funções sociais da língua escrita, desenvolvendo a habilidade de uso da tecnologia da leitura e da escrita.

Conforme Soares (2004), o conceito que apesar de recentemente ser introduzido na educação e das ciências linguísticas é representado pela forma de retratar ações e práticas sociais, no que se refere a leitura e escrita por um indivíduo.

O letramento também pode ser compreendido como a forma de se compreender diversos tipos de gêneros textuais, e compreende-los e saber utiliza-los da maneira correta, e também de produzir tais gêneros, tanto dentro da sala de aula, quanto no cotidiano.

[...] É necessário reconhecer que alfabetização – entendida como aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distingue-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da se por meio da aprendizagem no sistema de escrita. (SOARES, 2004 p.97).

A alfabetização em síntese, é a compreensão da linguagem oral, a transformando na linguagem escrita, ou seja, como converter palavras em letra e palavras; através de processos cognitivos e linguísticos. É transformar os signos em códigos que façam sentido tanto na forma escrita quanto na forma oral.

Ao longo do tempo o conceito de alfabetização passou por vários processos, por exemplo, na década de 1940 uma pessoa para se considerada alfabetizada deveria saber ler e escrever, seu próprio nome, um simples bilhete. Na década de 1950, o conceito de

alfabetização funcional passa a amplificar a dimensão do que realmente significa ser uma pessoa alfabetizada, ou seja, para ser considerado alfabetizado o cidadão deveria não só escrever seu próprio nome ou um simples bilhete, mas também fazer o uso frequente da leitura e da escrita.

Nas últimas décadas foram sentidos o efeito desse modo de se pensar sobre o conceito de alfabetização das décadas de 1940 e 1950 no Brasil, pois constatou-se que essas pessoas que eram consideradas alfabetizadas naquela época, havia menos de 4 anos de escolarização, sendo assim considerados analfabetos funcionais, conforme Soares (2004).

Há variações na classificação na escala de analfabetismo, ou seja, há pessoas que tem conhecimento sobre as letras, mais não tem domínio sobre a escrita, e possui muitas dificuldades para ler e escrever; os iletrados basicamente sabem decodificar as letras, e também podem saber ler e escrever, mais não há a compreensão e a interpretação, ou seja basicamente realiza cópia do que lhe é solicitado; e a também outra classificação que é a de analfabeto, que é o indivíduo que não tem a compreensão do código de leitura e escrita, e por tanto não sabe ler ou escrever, e se utilizar da leitura e da escrita em seu cotidiano.

No Brasil, apesar das leis e políticas voltadas a favor da erradicação do analfabetismo no país, principalmente com a atenção voltada especialmente as crianças e adolescentes, temos nesse cenário também a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (E.J.A), que proporciona a eles uma oportunidade para melhoria de sua formação, e através do incentivo a voltar (ou até mesmo iniciar) aos estudos. Deste modo podemos perceber que apesar de menos a taxa de analfabetismo ela ainda existe.

Podemos notar um avanço com a introdução da teoria da psicogênese conforme descreve Morais (2012), podemos controlar o ritmo de alfabetização, pois ao invés de excluir o aluno que tem dificuldade, podemos integra-lo e repensar a nossa maneira de aplicar os conteúdo de forma que este aluno consiga avançar, e assim caminhar para o progresso de seu ensino e habilidades escolares. É de suma importância que nessa perspectiva o professor compreenda os erros dos alunos como índice sobre o que eles já aprenderam e o que ainda precisa ser abordado com mais eficácia pelo professor.

Nessa esteira, fomos chamados a olhar sob outra perspectiva os erros dos alfabetizando e a interpreta-los como indicadores do que os alunos já

aprenderam e do que precisam aprender sobre as questões o que e como a que temos nos referido. O respeito aos percursos individuais cedo nos sinalizou que não seria justo ou adequado simplesmente reprovar alunos que, após os nove ou dez meses do primeiro ano do ensino fundamental, não estivessem alfabetizados. Os avanços não poderiam ser desprezados e, numa lógica que se coaduna perfeitamente com a organização da escolaridade em ciclos, passamos a ver que era precioso ampliar o tempo dedicado ao processo de alfabetização, sem criar mecanismos de retenção ou exclusão para os alunos que levassem mais tempo para serem tidos como alfabetizados. (MORAIS, 2012 p. 75).

Podemos analisar que nessa perspectiva os alunos se encaixam em um contexto amplo no qual suas necessidades de aprendizagem são levadas em consideração ao contrário do que se pregava posteriormente, em que a única saída para os alunos com dificuldade era a exclusão ou a retenção da criança, quando os professores poderiam tomar uma atitude de repensar sua forma de abordagem em relação as dificuldades que permeiam na construção do conhecimento do e nas associações que a criança realiza enquanto faz conexões com seu cotidiano.

Repensar os modelos de alfabetização faz parte da concepção construtivista, pois dessa forma conseguimos enxergar além de meros métodos sistematizados, nos quais se perde a individualidade do aluno, passando a exigir com que eles memorizem ao invés de ser introduzido por meio do professor o conhecimento necessário para gerar a aprendizagem. O professor nessa visão é transmissor do conhecimento, onde os saberes acumulados historicamente são conduzidos aos discentes por meio da oralidade, na maioria das vezes isso não atribui sentido para o aluno, levando o mesmo a memorizar e decorar, gerando uma educação bancária, no qual se deposita a informação nos alunos. Dessa forma o construtivismo leva o professor adequar suas estratégias metodológicas e adequá-las a realidade vivida pelo seus educandos, de uma maneira que não seja incitada a mera memorização, mas em que em um contexto geral faça sentido para eles, visando a junção entre as práticas pedagógicas e o contexto no qual o aluno está inserido, e para isso a atuação do professor deve ser pautada no viés de mediador, buscando mediar os conhecimentos e apontar direções para que o aluno se desenvolva de maneira autônoma e eficaz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a história da alfabetização no Brasil, podemos analisar historicamente as mudanças que ocorreram, sobretudo na maneira em se ensinar a ler e a escrever, e como ao passar do tempo o ensino da leitura e escrita tornou-se cada vez mais importante, com a globalização e o meio de vida capitalista, no qual dependemos indiscutivelmente sermos alfabetizados, mas não somente isso, vivemos um mundo letrado no qual tudo o que está a nossa volta é completamente ligado a leitura e a escrita, ou seja dependemos disso para tudo, desde de coisas simples como deixar um recado, mandar uma mensagem de texto, ler um jornal, até mesmo para tratar de coisas mais serias como ler um contrato, redigir um requerimento, prestar um concurso, enfim isso tudo nos leva importância que tem este processo.

Os métodos de alfabetização, sobretudo o métodos sintéticos e os analíticos são utilizados por grande parte dos professores que atuam em sala de aula até nos dias atuais, entretanto eles são mesclados a corrente de pensamento construtivista que também é extremamente utilizados nas escolas, fazendo com que o aluno tenha uma visão diferente do mundo e fazer com que o aluno compreenda qual é realmente o verdadeiro significa de saber ler e escrever, e saber empregar corretamente o código da linguagem oral e escrita.

Por mais que tenha se propagado o construtivismo e sempre está em pauta o assunto da psicogênese da língua escrita no meio de professores alfabetizadores, sabemos que há profissionais da área da educação que ainda utilizam os métodos tradicionais como pilar de seu modo de alfabetizar. Com tudo há outros professores que não assumem usar métodos tradicionais, embora faça o uso dele com frequência, e tenta introduzir o tradicional com o construtivismo. E também existe professores que são adeptos dos preceitos do construtivismo e fazem uso e exploram o universo de possibilidades por meio dessa metodologia.

O processo de aprendizagem varia de criança para criança, e é de suma importância que o professor se atente a metodologia que ele utiliza pois, cada criança suas especificidades e pode ser que as teorias do professor não contextualiza com as necessidades dos alunos. Neste caso é interessante que o professor busque adequar outras teorias para obter um avanço com

seus alunos, pois sabemos que não há uma receita pronta, muitas vezes o professor aprende com seus erros e equívocos.

Contudo é notável o aumento de defensores da doutrina construtivista que cada vez mais vem sendo aplicada nas escolas, por ser uma ponte entre a realidade vivenciada pelos alunos e o conhecimento que é direcionado nas salas de aulas, fazendo com que desperte o interesse do educando por meio do contexto dinâmico entre escola e sua realidade, deixando de lado o modo repetitivo que o método tradicional adota, dessa forma o construtivismo faz com que se coloque em prática a vontade de aprender, levando ao aluno prazer em estar no ambiente escolar, tirando o paradoxo no qual a escola é lugar somente de aprendizado. Sabemos que hoje, a escola não é o único lugar no qual buscamos aprender, pois com o avanço da tecnologia e a internet, aprendemos tudo o que procuramos sem precisar sair de casa, assim funciona para as crianças, que além de nascerem rodeadas de aparatos tecnológicos, já tem predisposição em utilizar as novas tecnologias, portanto podem sanar sua curiosidade de forma rápida utilizando esses recursos. A escola deve estar preparada para a chegada das novas tecnologias e integrar tanto professores como alunos nesse novo contexto virtual e dinamizar e agregar isso as metodologias em ambiente escolar.

Por meio desse artigo podemos compreender de modo linear como se desenvolveu o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo da leitura e da escrita, desde a vinda dos jesuítas, passando por diversos momentos da história do Brasil, até chegarmos nos dias atuais. Passamos também pelos métodos analíticos que partem da premissa da memorização e repetição e tem sua estrutura voltada para o som das letras, sílabas, palavras e assim por diante. Também podemos ver a desmetodização da alfabetização e também a chegada da psicogênese da língua escrita e o construtivismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais de Língua Portuguesa – PCN.** v 2. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL/CNE/MEC. **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.** Brasília: CNE/MEC, 2017.

- CAPOVILLA, A. G. S. **Alfabetização: Método fônico**. 4ª ed. São Paulo: Editora Memnon, 2007.
- COSTA, S. M.; ANTUNES, H. S. **Métodos de alfabetização: Um olhar reflexivo sobre o histórico dos mesmos**. Universidade Federal de Santa Maria.
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0. 1 CD-ROM.
- FERRERO, E. **Relações sobre alfabetização**. 25ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FERRERO, E.; TEBEROSK, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRADE, I. C. A. S. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
- _____. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdo da alfabetização: Perspectivas históricas e desafios atuais. In **Revista Educação**. Santa Maria: UFSM, 2007. v 32. n 01. p. 21 a 40. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista> Acesso em 30 ago. 2021.
- FRANCHI, E. **Alfabetização: Um processo em construção**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FRANCHI, E. **Pedagogia do alfabetizar letrando: Da oralidade à escrita**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MICOTTI, M. C. O. **Leitura e escrita: Como aprender com êxito por meio da pedagogia de projetos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.
- MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf, Acesso em 14 de agosto 2018.
- _____. **Cartilha de alfabetização e cultura escola: Um pacto secular**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 28 ago. 2021.
- PICCOLI; L. **Práticas pedagógicas em alfabetização: Espaço, tempo e corporeidade**. Erechim: Edelbra, 2012.
- RIZZO, G. **Os diversos métodos de ensino da leitura e da escrita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

RUSSO, M. F. **Alfabetização um processo em construção**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHWARTZ, O.; MENDONÇA, O. C. **Psicogênese da língua escrita: contribuições, equívocos e consequências para a alfabetização**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40138>. Acesso em 28 ago. 2021.

SEBER, M. G. **A escrita infantil: O caminho da construção**. São Paulo: Scipione, 2009. SOARES,

M. Letramento e alfabetização: As muitas facetas. In **Revista Brasileira de Educação**. Brasília: MEC, 2004. n 25. p 05 a 16. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 28 ago.2021.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: Caminhos e descaminhos. In **Revista Pátio**. Porto Alegre: Editora Artmed, fevereiro de 2004. p. 96 a 100. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em 29 ago. 2018.

SOARES, M.B.; BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

SOUZA, R. J.; GIROTO, C. G. G. S. **Ler para aprender? - Práticas docentes em leitura e literatura**. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/923/553>. Acesso em 29 ago. 2021.